



EURODEFENSE-PORTUGAL: MARCOS HISTÓRICOS | MISSÃO E OBJETIVOS

Página 2

REDE EURODEFENSE

Página 3

A AGENDA GLOBAL DE ENERGIA DE 2023

Página 4

SUGESTÕES DE LEITURA

Página 5

A NOVA DECLARAÇÃO CONJUNTA UE-NATO É IMPORTANTE?

Página 6

CENTRO DE ESTUDOS EURODEFENSE-PORTUGAL

HISTORIAL

O Centro de Estudos EuroDefense-Portugal (Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia) é uma organização da sociedade civil que funciona no quadro da rede EURODEFENSE.

É sua missão principal promover o estudo, a reflexão e o debate sobre a política europeia de segurança e defesa e suas implicações para Portugal, incluindo as questões relativas ao desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial da Defesa Europeia e a sua articulação com as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento tecnológico nacionais.

Foi constituído em 12 de fevereiro de 1998, data de assinatura do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP-CCI), homologado pelo Ministro da Defesa Nacional e pelo Ministro da Economia. Adquiriu o estatuto de pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos em 19 de outubro de 2015.

A rede EURODEFENSE é integrada presentemente por 15 Associações constituídas em 14 Estados Membros da União Europeia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Luxemburgo, Portugal e Roménia e ainda o Reino Unido, que optou por permanecer apesar do Brexit.

Reconhecendo o interesse público das suas atividades e as vantagens decorrentes do trabalho em rede europeia, os Ministérios da Defesa e as associações empresariais do setor tecnológico e industrial de segurança e defesa mantêm especiais ligações com as Associações EuroDefense e apoiam o desenvolvimento das suas atividades. No caso português, foi muito relevante a cooperação com a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e tem sido vital para a sua sustentabilidade e colaboração efetiva e o apoio funcional do Instituto da Defesa Nacional.

Ao comemorar-se o 25º Aniversário, afigura-se oportuno recordar o historial do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, com destaque para a sua missão ao serviço da cultura da segurança e defesa e da sensibilização dos mais jovens para os desafios do futuro. Ao cumprir estes desígnios, EuroDefense-Portugal tornou-se um elemento muito positivo na promoção e esclarecimento das políticas de segurança e defesa nacional e europeia.

EURODEFENSE-PORTUGAL – MARCOS HISTÓRICOS

1997

1998

1999

2001

2005

2008

2011

2014

2015

2016

1997: A criação de uma Associação EuroDefense em Portugal foi um desafio lançado em março de 1997 quando a CEOE – Confederación Española de las Organizaciones Empresariales – sugeriu à AIP, através do seu Presidente Jorge Rocha de Matos, que protagonizasse este projeto em Portugal, à semelhança de iniciativa idêntica que a CEOE assumira em Espanha.

Chamar a atenção dos Países Europeus para a necessidade de assumirem maiores responsabilidades na sua defesa era o objetivo subjacente às Associações EuroDefense já então constituídas na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Itália. Tinham sido criadas na sequência da queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria.

A compreensão da importância desta profunda mudança estratégica implicava novas orientações estratégicas a nível nacional: por um lado, era necessário que o País se inserisse desde o início na construção de uma Europa mais autónoma em matéria de política externa e de capacidades de defesa, embora

mantendo o laço atlântico; por outro lado, procurar que o sector tecnológico e industrial nacional não só pudesse vir a integrar a base tecnológica e industrial de defesa europeia, como beneficiar do potencial de desenvolvimento em matéria de inovação decorrente deste relacionamento.

Foi esta percepção que induziu o Comendador Jorge Rocha de Matos a contactar o Ministro da Defesa Nacional que acolheu a ideia com muito interesse e sugeriu o estabelecimento de uma parceria com o IDN, para em conjunto criarem o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal.

O Tenente-General Eduardo Mateus da Silva e o Major-General Mário Lemos Pires foram os delegados da AIP e do IDN para os estudos prévios, tendo nessa qualidade participado na III Reunião das Associações EuroDefense, realizada em Madrid, entre 29 e 31 de maio de 1997, na qual Portugal foi aceite como novo membro.

1998: Em 12 de fevereiro de 1998 foi formalmente assinado o Protocolo fundador do EuroDefense-Portugal pelos seus instituidores, o IDN representado pelo seu Diretor, Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, e a AIP representada pelo Presidente do Conselho Geral, Comendador Jorge Rocha de Matos, tendo sido homologado pelo Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Veiga Simão, e pelo Ministro da Economia, Dr. Joaquim Pina Moura. Posteriormente, tomaram posse os primeiros Corpos Sociais do EuroDefense-Portugal, cuja direção foi presidida pelo Dr. António Vitorino, antigo Ministro da Defesa Nacional, sendo Vice-Presidente o Tenente-General Eduardo Mateus da Silva e Secretário-Geral o Major-General Mário Lemos Pires. O Conselho Geral era composto pelos seguintes membros: Tenente-General Abel Cabral Couto, Eng. António Alfaiate, Eng. António Barahona de Almeida, Dr. António Barbosa da Silva, Professor Doutor Fernando Carvalho Rodrigues, Embaixador Luís Gaspar da Silva e Professora Doutora Maria Carrilho.

1999: Em 14 de julho de 1999 o Dr. António Vitorino pediu a sua exoneração do cargo por ter sido designado Comissário Europeu, ficando Vice-Presidente o Tenente-General Mateus da Silva a desempenhar interinamente as funções de Presidente.

2001: O Protocolo de Cooperação foi revisto em 2001 incluindo, como alteração mais significativa, a composição do grupo de instituidores que foi alargado para além dos dois fundadores até a um máximo de mais quatro instituidores, tendo sido igualmente alterada a composição do Conselho Geral, cujo número de vogais foi aumentado para garantir a representação direta dos novos instituidores no Conselho. Na sequência da revisão do Protocolo, em 22 de março de 2002 tomaram posse novos corpos sociais, sendo a Direção presidida pelo Tenente-General Mateus da Silva e tendo como Vice-Presidente a Dra. Maria Perpétua Rocha e Secretário-Geral o Major-General Mário Lemos Pires. O Dr. João Salgueiro foi empossado como Presidente do Conselho Geral.

2005: Em 23 de setembro de 2005 iniciou-se um novo mandato. A Direção passou a ter como Presidente o Dr. António Figueiredo Lopes, antigo Ministro da Defesa Nacional e da Administração Interna, como Vice-Presidente o Major-General Mário Lemos Pires e como Secretário-Geral o Contra-Almirante

José Alves Correia. O Conselho Geral, que continuou a ser presidido pelo Dr. João Salgueiro, passou a ter como Vice-Presidente o Tenente-General Abel Cabral Couto e como Vogais a Dra. Maria Perpétua Rocha, o Dr. António Barbosa da Silva, o Dr. José Manuel Mourato, o Comendador Henrique Neto e o Tenente-General Eduardo Mateus da Silva.

2008: Em 11 de fevereiro de 2008 foi renovado o mandato dos órgãos mantendo-se a mesma composição do anterior mandato. A seu pedido, o Major-General Mário Lemos Pires, foi substituído nas funções de Vice-Presidente pelo Major-General Augusto Melo Correia, tendo sido empossado em novembro de 2008.

2014: A partir de 6 de maio de 2014, por aditamento ao protocolo de Cooperação, o IDN passou a assegurar as funções de contabilidade e tesouraria até então exercidas pela AIP, e as instalações do EuroDefense-Portugal foram transferidas do edifício sede da AIP para um espaço cedido pelo MDN no Palácio Bensaúde.

2015: Em 19 de outubro de 2015 O Centro de Estudos EuroDefense-Portugal adquiriu o estatuto de pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com a designação de **Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia – EuroDefense-Portugal**.

2016: No dia 20 de junho de 2016 realizou-se a primeira reunião do Conselho Geral da Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia – EuroDefense-Portugal, onde foram eleitos os órgãos sociais com a seguinte composição:

Mesa do Conselho Geral: Presidente – Dr. João Salgueiro; Vice-presidente – Tenente-General António Fontes Ramos; Secretário – Engenheiro Carlos Vilaça Milheiro.

Conselho Consultivo: Presidente – General José Lemos Ferreira; Vice-presidente – Embaixador José Gregório Faria;

Direção: Presidente – Dr. António Figueiredo Lopes; Vice-presidente – Major-General Augusto Melo Correia; Secretário-Geral – Coronel Miguel Fradique da Silva; Vogal – Dr. Eduardo Mascarenhas; Vogal – Coronel António Rosas Leitão.

Conselho Fiscal: Presidente – Tenente-General Eduardo Mateus da Silva; Vogal – 1SAR Dr. Válder Cláudio; Vogal – Dra. Sofia Geraldês.

EURODEFENSE-PORTUGAL – MISSÃO E OBJETIVOS

A Associação EuroDefense-Portugal tem como principal missão promover o estudo, a reflexão e o debate sobre a política europeia de segurança e defesa e as suas implicações para Portugal, incluindo as questões relativas ao desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa europeia e a sua articulação com os utilizadores finais, as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento tecnológico nacionais.

No cumprimento da sua missão, cumpre-lhe especialmente realizar as seguintes ações:

► Promover o estudo, a investigação, o debate e a divulgação das questões relativas à Política Comum de Segurança e Defesa e suas implicações para Portugal;

► Estudar as questões relativas ao desenvolvimento da base tecnológica e industrial de segurança e defesa europeia e as naturais consequências para as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento tecnológico nacionais;

- Facilitar as ligações entre as políticas e estratégias de segurança e defesa europeia, as indústrias e os institutos e centros tecnológicos nacionais, incluindo o apoio às atividades das associações empresariais neste sector;
- Sensibilizar a opinião pública e a sociedade para os interesses comuns dos países europeus e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de segurança e defesa;
- Organizar seminários, mesas redondas, encontros, debates e conferências sobre questões relativas à segurança e defesa europeia, tendo especialmente em conta as naturais implicações nas políticas de segurança e defesa nacional e na economia da defesa;
- Servir de fórum e ponto de encontro entre entidades e personalidades exteriores ao EuroDefense-Portugal, que se dediquem ao estudo destes temas, designadamente associações de jovens e instituições universitárias.



Estatutos da EuroDefense-Portugal

REDE EURODEFENSE

A criação das Associações EURODEFENSE é uma iniciativa da sociedade civil europeia, lançada em 1994 por Pierre Schwed, um lutador da resistência francesa, falecido em 2006. Antigo auditor do Institut des Hautes Études de Défense Nationale, era um especialista reconhecido em questões de estratégia, defesa e geoestratégia, tendo militado pela construção de uma defesa comum europeia.

A principal finalidade da EURODEFENSE consiste em chamar a atenção dos Estados membros da União Europeia e da sociedade europeia em geral para a necessidade de assumirem maiores responsabilidades na área da Segurança e Defesa, especialmente, através do reforço das capacidades militares e do desenvolvimento de uma base tecnológica e industrial de defesa europeia.

As suas atividades desenvolvem-se no quadro da Política Externa e de Segurança Comum, tendo como principal objetivo desenvolver uma maior perceção dos interesses comuns europeus e da necessidade de uma defesa comum.

Obedecem a um conceito de ação que privilegia a cooperação e o diálogo entre o sector público e o sector privado e promove a mobilização dos jovens para a construção da Europa da defesa e da segurança.

A partir de 1994, a rede de associações EuroDefense foi-se desenvolvendo progressivamente. Portugal participou no primeiro alargamento em 1998. O mais recente aderente foi a Dinamarca.

As regras de organização e funcionamento estão fixadas na CARTA EURODEFENSE onde se estabelece que só será reconhecida uma Associação EuroDéfense em cada País e que a associação nacional é designada pela palavra EuroDéfense ligada por um hífen ao nome do País.



Visitar a REDE EURODEFENSE

DGAP

GUERRA DA RÚSSIA NA UCRÂNIA

Ver mais

Repensar a política de vizinhança e alargamento oriental da UE

A invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 derrubou não apenas a ordem de segurança europeia pós-Guerra-fria, mas também os fundamentos da Política de Vizinhança do Leste da União Europeia.

Com a sua decisão de junho de 2022 de conceder à Moldávia e à Ucrânia o estatuto de candidato à adesão e de reconhecer a Geórgia como potencial candidato, a UE rejeitou a ideia de uma esfera de influência russa na vizinhança oriental. Abriu caminho para um maior alargamento com estes países que ficaram conhecidos como a Tripla Associação. Esta decisão acabou com a política de compromisso da UE com a Rússia que por muito tempo ignorou as ações de confronto do país na “vizinhança compartilhada”, que inevitavelmente colocaram os dois lados em rota de colisão. Mesmo após a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia em 2014, muitos Estados-membros da UE ignoraram ou subestimaram o desejo do presidente Vladimir Putin de impor a política imperial da Rússia a todo o custo, inclusive com meios militares.

Atlantic Council

OS 23 PRINCIPAIS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA 2023

Ver mais

A guerra na Ucrânia mudou o mundo em 2022. Como ela continuará remodelando os assuntos globais em 2023 e o que mais surge no horizonte?

Outra guerra que abala e reordena o mundo na Europa. Cultivando medos de guerra em escala ainda maior na Ásia. Uma coroação na China e agitação política em todo o mundo democrático. Catástrofes induzidas pelo clima e movimentos encorajados para mitigar e adaptar-se a elas. A pior crise energética em meio século e a pior crise alimentar em mais de uma década. Inflação em espiral e o espectro da recessão global. Uma pandemia menos aguda, mas ainda violenta e extremamente perturbadora. Fermentação de época nas medias sociais e na tecnologia de forma mais ampla. A previsão mostra um balanço desses e de outros desenvolvimentos e tendências do ano passado, perscrutar o futuro e prever os maiores riscos e oportunidades globais que 2023 poderia trazer. Os resultados deste exercício de previsão estão abaixo. A cada cenário é atribuída uma probabilidade; “médio” significa uma chance de 50/50 de que o cenário ocorra no próximo ano.



Em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia prejudicou o retorno do sistema energético global à normalidade pré-COVID-19, injetando turbulência e incerteza no setor. Os cortes de gás da Rússia levaram a Europa a compensar a perda de fornecimento de energia voltando ao carvão e ao petróleo, levando a comunidade global a enfrentar tensões cada vez maiores entre segurança nacional, segurança energética e ação climática.

No entanto, a crise na Europa, apesar de ter causado um recrudescimento da energia intensiva em carbono, deu ao mundo um novo impulso para mudar a trajetória da transição energética. Em resposta, os decisores políticos em todo o mundo estão acelerando os esforços para desacoplar as suas economias dos hidrocarbonetos estrangeiros e descarbonizar os sistemas de energia.

Em última análise, a guerra pode acelerar as tendências energéticas de longo prazo em direção a um sistema mais sustentável e seguro. Nesse cenário, os líderes de energia entram em 2023 com uma perspectiva bastante revista a partir de 2022, conforme revelado na terceira edição da Agenda Global de Energia. A publicação inclui uma análise baseada na nossa pesquisa com as partes interessadas em energia, representando uma ampla variedade de profissões em todo o setor em mais de cinquenta países.



Num ambiente em rápida evolução, as ameaças e os desafios regionais na Europa tornaram-se cada vez mais multidimensionais e complexos. A paisagem é cada vez mais moldada pelo caráter internacional e inter-regional dos desafios que a Europa enfrenta atualmente, e isso tornou-se mais evidente do que nunca. Acontecimentos recentes, como a nova pandemia de coronavírus e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, questionaram profundamente a política externa da UE e transformaram a forma como olhamos para a nossa segurança e resposta política. A invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia é de longe o maior desafio que a Europa como um todo enfrenta atualmente. Isso causou a maior crise de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, com mais de 7,6 milhões de refugiados forçados a fugir da Ucrânia para países europeus da UE e não pertencentes à UE. Juntamente com a pandemia de Covid-19, ameaças recorrentes à segurança testaram a capacidade de cooperação e ação coletiva da Europa. Diante disso, é crucial observar que a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia uniram os Estados-membros da UE de maneira sem precedentes. No entanto, muitas lacunas continuam a existir. Atualmente, existe uma necessidade mais forte do que nunca de responsabilidade coletiva europeia e de um sistema de segurança que garanta a capacidade da Europa de agir em todas as situações.



Nos últimos anos, a UE e os seus Estados-membros embarcaram hesitantemente num novo e ambicioso caminho rumo ao que se convencionou chamar de "autonomia digital e tecnológica". Essa mudança de paradigma envolve um afastamento do pensamento de economia aberta e baseado no mercado que dominou os círculos políticos europeus nas últimas décadas. A nova direção é para um pensamento geoestratégico, de economia mais fechada, com uma mudança do foco no comércio para a tecnologia. Políticas e instrumentos estão sendo elaborados para proteger os interesses públicos no domínio digital e para ser resiliente num mundo interconectado em que a capacidade tecnológica define a liderança mundial. Isso vai desde investir em segurança de telecomunicações e conexões confiáveis, até impedir que a Big Tech se torne muito poderosa e assuma a responsabilidade pela desinformação online.



Uma avaliação científica global e independente da remoção de CO₂

Além de reduzir rapidamente as emissões, precisaremos remover o dióxido de carbono da atmosfera para cumprir as metas climáticas. A mudança climática está sendo impulsionada principalmente pelas emissões de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera. Essas emissões vêm de atividades humanas, como queima de combustíveis fósseis, mudanças no uso da terra e processos industriais. Atingir a meta de temperatura de Paris requer reduções profundas e generalizadas nas emissões. Embora esses esforços para reduzir as emissões evitem que mais CO₂ e outros gases de efeito estufa entrem na atmosfera, a Remoção de Dióxido de Carbono envolve a remoção do CO₂ que já existe na atmosfera. A Remoção de Dióxido de Carbono pode cumprir três funções principais, juntamente com a redução de emissões.



Duas décadas de união monetária e governação económica

Qual é o estado da convergência económica na zona euro? E a redefinição do Pacto de Estabilidade e Crescimento resultará numa política mais eficaz de convergência? Uma moeda comum, junto com as quatro liberdades, foi assumida para levar à convergência económica. Este Relatório analisa o estado de convergência na área do euro, centrando-se na convergência nominal, real e institucional. Apesar de uma série de iniciativas políticas e sistemas de monitorização, a convergência não foi alcançada nem em termos de desempenho monetário e económico, nem da qualidade da governança ao nível nacional. Apesar de alguns sucessos importantes na convergência, o bem-estar continuou a divergir em alguns países e as diferenças nos níveis de dívida aumentaram a ponto de ameaçar a coerência - económica e política - da área do euro.

SUGESTÕES DE LEITURA



CUSTO DA NÃO-EUROPA

Ver mais

Rumo à liderança da UE no setor espacial através da autonomia estratégica aberta

O espaço é um dos setores económicos de mais rápido desenvolvimento. A taxa média anual de crescimento do setor entre 2005 e 2017 foi de 6,7%, o dobro da taxa anual de crescimento económico global no mesmo período. Nas últimas décadas, o espaço também ganhou relevância, na UE e em todo o mundo, conforme refletido no aumento constante do número de lançamentos espaciais, no surgimento de empreendedores espaciais privados e no número de nações exploradoras do espaço e regiões; pelo menos 80 países colocaram pelo menos uma espaçonave em órbita desde 1957. Esse crescimento resultou de drivers tecnológicos, reduzindo o custo das operações espaciais e ampliando as atividades relacionadas ao espaço. Também se deve à necessidade de usar o espaço para uma defesa efetiva – e mudanças climáticas – cujo monitorização depende significativamente da observação da Terra. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia destacou ainda mais a importância do espaço para atividades relacionadas à inteligência e conectividade segura para a continuidade das políticas públicas civis e de defesa.



O ANALISTA DE INTELIGÊNCIA NA ERA DIGITAL

Ver mais

Tradicionalmente, os serviços de inteligência dos países têm desenvolvido a sua atividade com base num capital humano muito conhecedor de determinados riscos, áreas geográficas, estratégias do país, relações comerciais, etc. Até agora, esse tipo de especialização valeu a pena, mas a variedade de riscos de hoje, juntamente com a introdução de novas tecnologias, exige uma revisão. Os desafios que os serviços de inteligência enfrentam hoje implicam a necessidade de importantes mudanças de diferentes naturezas cujo objetivo básico é melhorar o grau de segurança que oferecem aos seus cidadãos, a quem devem proteger, bem como manter os atuais modelos de sociedade. Indo mais longe, a sociedade digital, os novos conhecimentos aplicados e as novidades que isso implica em termos de formas de análise têm de adaptar-se à sociedade. No entanto, o uso de novas tecnologias é realmente uma vantagem ou, ao contrário, pode tornar-se uma faca de dois gumes para os serviços de inteligência? Que papel desempenham as sociedades cujo grau de informação é muito maior hoje do que há alguns anos e são mais sensíveis a questões como a intrusão por meio de novas tecnologias?



AUTONOMIA ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA EUROPEIA

Ver mais

Durante décadas, os europeus consideraram a República Popular da China (RPC) incapaz de inovações revolucionárias. Só recentemente, no meio da transformação digital, descobrimos que a dependência da China não se limita a matérias-primas críticas e que a contribuição chinesa para as cadeias de suprimentos não se limita à mão de obra barata. A China está lutando pela liderança tecnológica numa ampla gama de tecnologias emergentes e fundamentais. As crescentes tensões geopolíticas aumentaram a consciência de que as dependências críticas podem ser transformadas em armas para fins políticos. A Rússia está alavancando a dependência europeia de combustíveis fósseis na sua guerra contra a Ucrânia. A coerção económica da RPC contra a Lituânia deixa poucas dúvidas de que a China está pronta para chantagear a Europa quando considera que os seus interesses centrais estão em jogo. A disposição dos EUA de agir unilateralmente em relação à China e de exercer pressão sobre a UE e os seus Estados-membros para que cooperem também é agora uma questão premente para os decisores políticos.



RENOVAR A EU

Recovery, Reopening and Renaissance

Ver mais

Recuperação, Reabertura e Renascimento

As perguntas e desafios enfrentados pela União Europeia são numerosos, as respostas e soluções são menos. Nunca, desde a Segunda Guerra Mundial, a Europa tem sido tão essencial. No entanto, nunca a Europa esteve em tanto perigo. Como alcançar uma Europa mais unida, mais soberana e democrática? A União Europeia seguirá adiante apenas na resposta a crises? Como agir para defender os interesses e valores da UE nesses tempos incomuns? A crise climática é um problema global. Os riscos de segurança criam instabilidade. Como tornar a UE mais forte, mais autónoma e mais influente?



CAPACIDADES MILITARES AFETADAS PELA MUDANÇA CLIMÁTICA

Ver mais

A mudança climática é um dos desafios mais prementes do presente e do futuro. O aumento das temperaturas e do nível do mar, bem como eventos climáticos extremos, são manifestações das mudanças climáticas que também influenciam as capacidades militares.

O aumento da atenção para o nexo mudança climática-segurança é visível tanto ao nível nacional quanto internacional: nacionalmente através da incorporação da mudança climática em estratégias de segurança e internacionalmente através da incorporação em importantes documentos estratégicos, como a Bússola Estratégica da UE e o Conceito Estratégico da NATO.



ANUÁRIO DE PROGRESSO 2023

Ver mais

Com a missão de apresentar análises dos principais desenvolvimentos políticos do ano, o Anuário de Progresso concentra-se em questões europeias transversais que marcaram 2022 e traz análises perspicazes sobre o futuro para o novo ano.

Esta edição do Anuário de Progresso foi publicada em ano de guerra e, portanto, aborda principalmente a guerra em si, os atores envolvidos e as implicações para a Europa. Analisamos as formas como a guerra afetou as nossas vidas: aprofundando tendências já existentes, como o aumento do custo de vida, e exacerbando algumas das consequências de longo prazo da pandemia, incluindo o seu impacto na saúde mental.



A NOVA DECLARAÇÃO CONJUNTA UE-NATO É IMPORTANTE?

[Ver mais](#)

Os líderes da NATO e da União Europeia assinaram a sua terceira declaração conjunta. O anúncio chega num momento perigoso para ambas as organizações, pois lidam com a guerra na Ucrânia, uma possível recessão global e o aumento da tensão geopolítica com a China e a Rússia. Neste contexto, o que é a Declaração Conjunta sobre a Cooperação UE-NATO e porque é importante?

A Declaração Conjunta visa fortalecer e expandir ainda mais a parceria estratégica entre a NATO e a UE, com base no progresso sem precedentes na cooperação entre as duas organizações desde as declarações anteriores assinadas em 2016 e 2018.

Os líderes resolveram abordar a crescente competição geoestratégica, questões de resiliência e proteção de infraestruturas críticas. Outras áreas prioritárias de trabalho incluirão tecnologias emergentes e disruptivas, espaço, as implicações de segurança das mudanças climáticas, interferência estrangeira e manipulação de informações.



DEZ TÓPICOS PARA SEGUIR EM 2023 Rússia, Quo Vadis?

[Ver mais](#)

A invasão não provocada da Rússia na Ucrânia abalou as fundações geopolíticas da Europa, abrindo uma segurança colossal e uma brecha de identidade no espaço eurasiático. O seu resultado moldará o futuro da Europa e da Rússia, em direções aparentemente e drasticamente divergentes. Em 2023 e além, a UE terá escolhas consequentes a fazer, que determinarão quando e como esses caminhos convergem novamente, não importa o quão difícil isso possa parecer hoje.

Esta edição é destinada a identificar e enquadrar algumas das principais questões e áreas políticas com potencial para figurar de forma proeminente no debate público e na agenda política da União Europeia no próximo ano. Os tópicos analisados abrangem as eleições europeias de 2024, orçamentação em tempos de crise e guerra, lições para o investimento público na UE do instrumento de recuperação da UE, a combinação de políticas fiscais e monetárias, clima e pontos de viragem socioeconómicos, o impacto do aumento do consumo de combustível, preços de transporte, resiliência cibernética na UE, proteção da liberdade dos media e dos jornalistas, o futuro da Rússia e a geoeconomia na era dos impérios.



[Ver mais](#)

A inovação tecnológica acelerou no domínio marítimo, e as principais marinhas em todo o mundo devem lidar cada vez mais com tecnologias emergentes e disruptivas. Alguns dos avanços mais recentes no campo dos sistemas de combate naval atingiram uma série de capacidades importantes, incluindo sistemas não tripulados, tecnologia quântica, mísseis hipersônicos e convencionais e armas de energia direcionada. Além disso, novas competições geopolíticas estão ocorrendo cada vez mais nos mares globais. A Rússia e a China investiram em capacidades destinadas a comprometer embarcações inimigas com um alcance maior e/ou destruir as suas infraestruturas. A Marinha dos EUA, por sua vez, está tentando fazer a transição para uma força com uma proporção maior de pequenos navios tripulados e não tripulados, aeronaves e veículos subaquáticos.



[Ver mais](#)

Maximizando o potencial do Acordo Verde Europeu para o Norte da África e Europa

“A tarefa que define esta geração”, é como a Comissão Europeia descreve a crise climática. A União Europeia pretende tornar-se a primeira economia do mundo com impacto neutro no clima, com o objetivo primeiro de reduzir as emissões em pelo menos 57% até 2030 e, em seguida, alcançar a neutralidade climática em toda a UE até 2050. Para controlar as emissões de gases de efeito estufa, em 2019, a Comissão Europeia adotou o Acordo Verde Europeu, uma estratégia de transformação abrangente para energia, transporte e abastecimento de alimentos.



[Ver mais](#)

Avaliar a potencial transformação sistémica dos setores de energia e mobilidade dos Estados-Membros da UE por meio de seus Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência oferece aos Estados-Membros da UE a oportunidade de utilizar os fundos da UE para os ajudar a recuperar do choque causado pela pandemia, assegurando simultaneamente a resiliência das sociedades. Para que isso aconteça, precisamos definir metas ambiciosas para a transição verde e garantir que haja investimento suficiente para alcançá-las. A UE enfrenta agora o desafio de vencer a maratona e o sprint contra a crise, sem perder de vista os objetivos de longo prazo.